



32553220



25351.943565/2019-42



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional do Consumidor
Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos

VOTO CMED-SENACON/DPDC/SENACON

RELATÓRIO

1. Trata-se de Processo Administrativo Sancionatório no qual se verifica a aplicação de penalidade de multa à empresa a ABM HOSPITALAR EIRELI, CNPJ nº 22.554.493/0001-44, no valor de R\$ 1.011,84 (um mil, onze reais e oitenta e quatro centavos), nos termos da Decisão nº 105, de 26 de abril de 2023 (fls. 169-175), tendo interposto Recurso Administrativo (fls. 191-196) ao Comitê Técnico-Executivo da CMED (CTE/CMED), conforme lhe faculta o Art. 29 da Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018.
2. Considerando o sorteio realizado na ocasião da 5ª Reunião Ordinária do CTE/CMED, realizada no dia 19 de junho de 2023, coube a relatoria do recurso a esta SENACON/MJSP.
3. Em sede de primeira análise, o caso foi assim sumariado, in verbis:
 - 1.1. Trata-se de Processo Administrativo de interesse da empresa ABM HOSPITALAR EIRELI, CNPJ nº 22.554.493/0001-44, instaurado em 23/02/2023, por meio do DESPACHO Nº 129/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI nº 2237127), após denúncia encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde de Aracaju, em razão da oferta de medicamento por preço superior ao Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG) no contexto do Pregão Eletrônico nº 97/2018 - PROCESSO Nº 2860012018, conforme instrução processual oriunda de informações repassadas através do Ofício nº 5.503/2018-SMS/CCL (SEI nº 0829079).
 - 1.2. Em sede de investigação preliminar, foi elaborada a NOTA TÉCNICA Nº 58/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI nº 2237059 e nº 2237082), em 15/02/2023, que, após averiguar as ofertas registradas no Pregão Eletrônico nº 97/2018 - PROCESSO Nº 2860012018, informou que:

"A denúncia contém os requisitos exigidos pelo parágrafo 1º do artigo 15 da Resolução nº 02, de 16 de abril de 2018.

Em sede de investigação preliminar foi consultado se os medicamentos constavam do rol de produtos sobre os quais se deve aplicar o Coeficiente de Adequação de Preços (CAP) e foi verificado também se os medicamentos constam do rol de medicamentos do Convênio CONFAZ nº 87/2002, que concede isenção de ICMS nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

Foram analisados todos os itens ofertados pela empresa ABM HOSPITALAR EIRELI no Pregão nº 95/2018 e 97/2018 e foi encontrado indício de infração em relação à oferta do medicamento Bicarbonato de Sódio, apresentação: 84 mg/ml Solução Injetável x 100 ampolas de 10 ml, que foi ofertada por R\$ 91,00 (noventa e um reais), ou seja, R\$ 0,91 (noventa e um centavos) a unidade.

Entretanto, o Preço Fábrica (PF) 18% dessa apresentação é R\$ 57,46 (cinquenta e sete reais e quarenta e seis centavos).
 3. Conclusão
 - A empresa ABM HOSPITALAR EIRELI ofertou medicamentos por valor superior ao seu Preço Fábrica (PF). O valor total da diferença entre o preço praticado e o preço aprovado pela CMED foi de R\$ 1.207,44 (mil duzentos e sete reais e quarenta e quatro centavos), conforme memória de cálculo constante do Anexo."
 - 1.3. Instaurado o processo, a empresa foi informada de sua abertura por meio da NOTIFICAÇÃO Nº 99/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI nº 2237134), de 23/02/2023, tendo o Aviso de Recebimento (AR) retornado informando que assinatura ocorreu em 03/03/2023 (SEI nº 2304950).
 - 1.4. A empresa protocolou defesa administrativa (SEI nº 2322682 e anexos) em 31/03/2023, conforme comprovante de protocolo (SEI nº 2322689), alegando, em síntese:
 - a) que o item não foi fornecido pela ABM Hospitalar até o vencimento da Ata, ou seja, não houve o faturamento de nenhuma unidade do medicamento para o Órgão denunciante.
 - b) que não houve nenhum prejuízo ao erário, não tendo cabimento qualquer punição à empresa ABM Hospitalar, ora atuada;
 - c) ao final, requer o arquivamento do processo administrativo, tendo em vista a ausência de infração.
 - 1.5. É o relatório. Passo à análise.
4. Ao se analisar o caso (Decisão nº 105, de 26 de abril de 2023, da Secretaria-Executiva da CMED), verificou-se que foi aplicada, em face da recorrente, multa no valor de e R\$ 1.011,84 (um mil, onze reais e oitenta e quatro centavos), pela prática da

infração de oferta de medicamento por preço superior ao permitido, para a Administração Pública.

5. No que importa, o ato de primeira análise se baseou nas seguintes premissas para condenar a representada:

- A empresa foi intimada a compor o presente processo administrativo por ofertar o medicamento Bicarbonato de Sódio, por valor superior ao Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG) no contexto do Pregão Eletrônico nº 97/2018 - PROCESSO Nº 2860012018, para a Secretaria Municipal de Saúde de Aracaju. No presente caso, não se aplica o o Coeficiente de Adequação de Preço (CAP), bem como não se aplica o Convênio CONFAZ nº 87/02.
- Trata-se de infração capitulada na Orientação Interpretativa nº 1, de 13 de novembro de 2006, e da Orientação Interpretativa nº 2, de 13 de novembro de 2006, mas da Resolução CMED nº 03, de 02 de março de 2011. A determinação tão somente foi mantida no art. 5º, inciso II, alínea "a" da Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018.
- Resultou em um valor a maior de R\$ 1.207,44 (um mil duzentos e sete reais e quarenta e quatro centavos).
- Não há como questionar a ocorrência da infração, diante da cadeia de normas que resultou no agrupamento de regras previstas na vigente Resolução nº 2, de 16 de abril de 2018, a qual estabelece expressamente a existência de infração quando há comercialização (oferta) de medicamento por preço superior ao limite máximo, prevendo as cautelas e regras que uma empresa deve observar ao negociar com o Poder Público, ainda que meramente por meio de envio de Proposta ou Cotação de Preços.
- Quanto à dosimetria, deve a penalidade pecuniária ser calculada em consonância ao indicativo vigente à época dos fatos, elaborado pelo Comitê Técnico-Executivo (CTE) desta CMED em 22/08/2013, que, no caso de infração quantificável, determina:

OFERTA

m

$$M = (a + a.i)$$

M = multa apurada no processo administrativo para cada infração;

a = diferença entre o valor praticado e o preço CMED, por apresentação multiplicada pela quantidade ofertada, nos casos em que tal demanda seja quantificável;

m = M, antes do agravamento por reincidência;

TABELA: Índice de Ajuste face à Condição Econômica do Agente

Faixas	Faturamento médio no ano do ilícito	Índice de ajuste
A	$x \geq 100.000.000,00$	0,1%
B	$50.000.000,00 \leq x < 100.000.000,00$	0,7%
C	$25.000.000,00 \leq x < 50.000.000,00$	0,5%
D	$10.000.000,00 \leq x < 25.000.000,00$	0,3%
E	$x < 10.000.000,00$	0,2%

- Considerando que o porte presumido da empresa a ABM HOSPITALAR EIRELI, CNPJ nº 22.554.493/0001-44, conforme sistema DATAVISA, é PEQUENA, enquadra-se, pois, na Faixa E da tabela acima

Dados da Empresa			
Razão Social:	ABM HOSPITALAR LTDA	CNPJ:	22.554.493/0001-44
Tipo do CNPJ:	MATRIZ	Ano Base:	2022
Nome Fantasia:	[sem informação]	Porte:	PEQUENA Histórico de Porte
Situação de Cadastro:	CADASTRADA	Inscrição Estadual:	2022

- Com base nessas premissas, este foi o cálculo da multa-base:

CÁLCULO DE MULTA SOBRE A OFERTA DE MEDICAMENTOS POR PREÇO SUPERIOR AO PERMITIDO (PMVG=PF)								
Empresa:	ABM HOSPITALAR EIRELI			Nº CNPJ	22.554.493/0001-44			
Processo Nº	25351.943565/2019-42			FAIXA DE FATURAMENTO DA EMPRESA À EPOCA DA INFRAÇÃO			FAIXA E	
FATURAMENTO DA EMPRESA À EPOCA DA INFRAÇÃO		R\$	4.500.000,00	TOTAL DE MULTA A RECOLHER		R\$	1.517,76	
Valor da UFIR de nov/2000 atualizado pelo IPCA e até setembro/2022	4,050728052	Total Multa em UFIR	375	TOTAL MÁXIMO A RECOLHER		R\$	1.517,76	
PRODUTO	Apresentação	Data da INFRAÇÃO	Faturamento a maior À EPOCA DA INFRAÇÃO	Faturamento Corrigido pela Selic	% Multa	Concretização	Multa em R\$	
BICARBONATO DE SÓDIO	84 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP PLAS TRANS X 10 ML	out-18	R\$ 1.207,44	R\$ 1.514,73	0,2%	Oferta	R\$ 1.517,76	1.517,76

- Quanto às circunstâncias agravantes, não se vislumbra nenhuma das hipóteses previstas no art. 13, inciso II, da Resolução CMED nº 02/2018. Isso porque as demais hipóteses de agravante, à exceção da de reincidência, foram inseridas no ordenamento jurídico com a Resolução CMED nº 02/2018; posterior, pois, à data de cometimento das infrações analisadas neste processo, que datam de abril de 2018.

- Quanto às atenuantes, considerando que a empresa não possui condenação transitada em julgado perante a CMED, em período anterior ao cometimento das infrações analisadas no presente processo, num prazo de cinco anos, é hipótese de atenuante de 1/3, nos termos do art. 13, inciso I, alínea "a", da Resolução CMED nº 02/2018.

- Assim, considerando a aplicação da atenuante de 1/3 sobre a multa base apontada no parágrafo 2.39, R\$ 1.517,76 (um mil, quinhentos e dezessete reais e setenta e seis centavos), nos termos do Art. 13, § 1º, §2º, e §3º da Resolução CMED nº 02/2018 "Incidirão sobre o valor base da multa as circunstâncias agravantes e, sobre este resultado, as atenuantes, respeitando-se os limites mínimo e máximo da pena, nos termos do art. 10 desta Resolução", tem que a multa final corresponde a R\$ 1.011,84 (um mil, onze reais e oitenta e quatro centavos).

6. Depreende-se dos autos que a recorrente foi intimada da Decisão, na modalidade de Aviso de Recebimento – AR por carta registrada, em 11 de maio de 2023, para efetuar o pagamento da multa ou apresentar Recurso ao Comitê-Executivo da CMED.

7. A empresa apresentou recurso administrativo em 07 de junho de 2023 tendo sido atestado, em despacho da SCMED, o cumprimento dos requisitos de tempestividade, legitimidade, cabimento e interesse.

8. No recurso, a empresa apresentou, em síntese, os seguintes argumentos:

- a) que o item não foi fornecido pela ABM Hospitalar até o vencimento da Ata, ou seja, não houve o faturamento de nenhuma unidade do medicamento para o Órgão denunciante;
- b) que a multa aplicada foi desproporcional e desarrazoada;

9. Relatado. Passa-se à análise.

a) Sobre a legalidade e o mérito da sanção de multa aplicada

10. Preliminarmente, importa destacar que a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) é um órgão do Conselho de Governo da Presidência da República, criado pela Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, ("Define normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED e altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências") e regulamentada pelo Decreto nº 4.766, de 26 de junho de 2003, e foi instalada com o objetivo de adotar, implementar e coordenar a regulação econômica do mercado de medicamentos e implementar uma política de acesso aos medicamentos e assistência farmacêutica à população.

11. No âmbito de sua atuação regulatória, a Câmara define diretrizes e procedimentos relativos à regulação econômica do mercado de medicamentos; estabelece critérios para fixação e ajuste de preços de medicamentos; determina os critérios para a fixação dos preços dos produtos novos e novas apresentações de medicamentos; propõe a adoção de legislações e regulamentos referentes à regulação econômica do mercado de medicamentos; e detém poder de polícia administrativo, podendo também aplicar penalidades face ao descumprimento das normas que orientam a atividade do setor regulado.

12. No campo constitucional, a atuação da CMED decorre do art. 196 da Constituição da República, que trata da tutela constitucional do direito de acesso universal e igualitário à saúde, cuja responsabilidade é partilhada pelo Estado e por toda a sociedade. Em âmbito infraconstitucional, menciona-se, inicialmente, a Lei 8.080/1990, a Lei Orgânica da Saúde, que criou o Sistema Único de Saúde (SUS), reiterou que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, e definiu, dentre as atribuições do SUS, a "formulação da política de medicamentos (...)" [art. 6º, VI] e a responsabilidade pela "execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica" [art. 6º, I, d].

13. Quanto às leis ordinárias e decretos que orientam, de modo específico, a atividade da CMED, tratam-se das seguintes: (i) a Lei nº 10.742/2003, que define as normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a CMED e dá outras providências, (ii) o Decreto nº 4.766/2003, que regulamenta a criação, as competências e o funcionamento da CMED, e (iii) o Decreto nº 4.937/2003, que regulamenta o art. 4º da Lei nº 10.742/2003, para estabelecer os critérios de composição de fatores para o ajuste dos preços de medicamentos.

14. Ainda, muito da atividade exercida pela CMED é operacionalizada por atos normativos infralegais, que tem sua cogência e validade derivada de sua relação de subordinação e vinculação com os atos legislativos acima listados. As regras de tramitação processual, bem como a aplicação de sanções, obedecem ao disposto na Resolução CM-CMED nº 02 de 16 de abril de 2018, com aplicação subsidiária dos comandos da Lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (*Lei do Processo Administrativo Federal*), bem como da disposições das leis nº 9.873, de 23 de novembro de 1999 (*"Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências"*), 8.078; de 11 de setembro de 1990; assim como dos decretos nºs 4.766, de 26 de junho de 2003 e 2.181, de 20 de março de 1997.

15. Com relação às infrações administrativas, a Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, no seu art. 2º, define o âmbito de sua aplicação bem como os atores a ela sujeitos da seguinte forma:

Art. 2º Aplica-se o disposto nesta Lei às empresas produtoras de medicamentos, às farmácias e drogarias, aos representantes, às distribuidoras de medicamentos, e, de igual modo, a quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, que, de alguma maneira, atuem no setor farmacêutico.

16. Em relação aos preços-teto, o órgão faz distinção entre o controle de preços efetuado em relação aos fabricantes de medicamentos e aos demais comerciantes. Os fabricantes devem observar o teto estabelecido pelo Preço-Fábrica (PF), e os comerciantes, responsáveis pela venda dos medicamentos em varejo, a exemplo das farmácias e drogarias, devem observar o Preço Máximo ao Consumidor (PMC), fixado pela CMED anualmente.

17. Dessa forma, caso a venda seja das farmácias e drogarias para o consumidor final, o valor máximo que pode ser cobrado é o Preço Máximo ao Consumidor (PMC), obtido por meio da divisão do PF por fatores de conversão determinados pela CMED, observadas as cargas tributárias do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) praticadas nos Estados de destino e a incidência da contribuição ao Programa de Integração Social (PIS), ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

18. Caso a venda seja para o governo, deve ser, em regra, aplicado ao PF um percentual de desconto chamado de Coeficiente de Adequação de Preços (CAP), o que resulta no Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG). Diz-se "em regra", já que não se aplica o CAP a todas as compras governamentais, mas em duas situações: compras públicas de medicamentos constantes da lista de medicamentos sujeitos ao CAP, definida com base em Resolução da CMED, ou aquisição de qualquer medicamento por força de decisão judicial. Nos casos em que o CAP não for aplicável, o preço teto a ser observado é o PF.

Orientação Interpretativa CMED nº 02/2006

Nos fornecimentos para órgãos públicos através de licitações ou não, o Distribuidor é obrigado a vender os produtos, tendo como referencial máximo o preço fabricante.

(...) Assim, o Preço Máximo ao Consumidor é o preço a ser praticado pelo comércio varejista, ou seja, farmácias e drogarias; e o Preço Fábrica é o teto de preço pelo qual um laboratório ou distribuidor de medicamentos pode comercializar no mercado brasileiro um medicamento, já incorrendo em todos os custos de comercialização, quando o laboratório realiza a comercialização diretamente ao setor varejista; ou concede um desconto em seu preço para que a empresa distribuidora possa cobrir seus custos advindos da distribuição do medicamento ao setor varejista e também pratique o Preço Fábrica.

19. Posteriormente, por meio da Resolução nº 04, de 2006, a CMED instituiu o CAP (Coeficiente de Adequação de Preço), que consiste em desconto obrigatório imposto às empresas que pretendem comercializar medicamentos com a Administração Pública quando a compra pública envolver medicamentos específicos, ou quando a compra se destinar ao atendimento de decisão judicial. Sobre esse ponto, veja-se:

Art. 2º O CAP será aplicado ao preço dos produtos nos seguintes casos:

I - Produtos que estejam ou venham a ser incluídos no componente de medicamentos de dispensação excepcional, conforme definido na Portaria nº 698, de 30 de março de 2006.

II - Produtos que estejam ou venham a ser incluídos no Programa Nacional de DST/AIDS.

III - Produtos que estejam ou venham a ser incluídos no Programa de Sangue e Hemoderivados.

IV - Medicamentos antineoplásicos ou medicamentos utilizados como adjuvantes no tratamento do câncer.

V - Produtos comprados por força de ação judicial, independente de constarem da relação de que trata o § 1º deste artigo.

VI - Produtos classificados nas categorias I, II e V, de acordo com o disposto na Resolução nº 2, de 5 de março de 2004, desde que constem da relação de que trata o § 1º deste artigo. (Resolução nº 04, de 2006)

20. Nos termos dos artigos 1º, § 2º, e 3º, caput, da Resolução supra, é possível extrair o conceito de Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG), obtido da aplicação da seguinte fórmula: PF (Preço Fábrica) – CAP (Coeficiente de Adequação de Preço).

Art. 1º As distribuidoras, as empresas produtoras de medicamentos, os representantes, os postos de medicamentos, as unidades volantes, as farmácias e drogarias deverão aplicar o Coeficiente de Adequação de Preço - CAP ao preço dos produtos definidos no art. 2º desta Resolução, sempre que realizarem vendas destinadas a entes da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

[...] §2º A aplicação do CAP sobre o Preço Fábrica – PF resultará no Preço Máximo de Venda ao Governo – PMVG. (Resolução nº 04, de 2006)

21. Com base nas informações acima, as categorias de preço-teto para cada tipo de compra podem ser organizadas na seguinte tabela:

Venda do distribuidor para drogarias, farmácias e afins	Venda da rede varejista para o consumidor final	Venda para governo de medicamento na lista do CAP	Venda para o governo de qualquer medicamento por determinação judicial	Venda para o governo SEM determinação judicial e de medicamento que NÃO está na lista do CAP
PF	PMC	PMVG	PMVG	PF

22. Quanto ao argumento recursal sintetizado na alínea "a" do parágrafo 8 deste Voto, ele não merece provimento.

23. Restou demonstrado nos autos por meio da denúncia que, a empresa ao ofertar o medicamento por preço superior ao PMVG, equivalente ao Preço Fábrica, desrespeitou as normas acima citadas. Logo, é inquestionável a conduta transgressora da empresa. É de caráter público que toda empresa, ao comercializar medicamentos, deve respeitar as normas estipuladas pela CMED. A

CMED estabelece preços-teto, de modo que o fornecedor de medicamentos pode comercializá-los por preço dentro dos limites estabelecidos, cabendo à empresa verificar, no caso concreto, a viabilidade da operação comercial considerando os contornos normativos incidentes.

24. É de caráter público que toda empresa deve buscar, antes de participar de qualquer negociação, a listagem individual de preços dos medicamentos que pretender ofertar e vender, justamente para verificar a adequação do negócio à normatização posta.

25. Assim sendo, no mérito, negamos provimento ao recurso, mantendo a Decisão de primeiro grau.

b) Sobre a proporcionalidade e razoabilidade da sanção de multa aplicada

26. Quanto à dosimetria da sanção, questionada no argumento recursal sintetizado na alínea "b" do parágrafo 8 deste Voto, a decisão da SCMED merece reparos.

27. Foram aplicados os critérios objetivos previstos na normatização vigente à época. Essa parametrização prévia dos critérios para cálculo da multa traz previsibilidade e segurança jurídica à atuação da CMED.

28. Quanto às circunstâncias atenuantes, há reparos, observa-se:

a) atenuante de primariedade foi corretamente aplicada, haja vista que empresa não possui condenação transitada em julgado perante a CMED, em período anterior ao cometimento da infração analisada no presente processo, num prazo de cinco anos, nos termos do art. 13, inciso I, alínea "a", da Resolução CMED nº 02/2018.

b) devido a empresa ter comercializado um medicamento, deve ser aplicada a atenuante de caráter isolado, prevista no art. 13, inciso I, alínea "b", da Resolução CMED nº 02/2018.

29. No tocante às circunstâncias agravantes, não há reparos, tendo em vista que não incide nenhuma das hipóteses previstas no art. 13, inciso II, da Resolução CMED nº 02/2018.

30. Com isso, diante da incidência de duas atenuantes, a multa-base no valor histórico de R\$ 1.517,76 (um mil quinhentos e dezessete reais e setenta e seis centavos) deve ser reduzido pela metade, resultando a multa no valor histórico de R\$ 758,88 (setecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e oito centavos). Contudo, em estrito cumprimento ao previsto no art. 10 da mencionada Resolução, que estabelece que a multa não pode ser inferior ao limite mínimo previsto no Art. 57, parágrafo único, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para este caso, deve a multa equivaler ao mínimo legal vigente, a ser atualizado considerando a data da decisão recorrida.

CONCLUSÃO

31. Diante do exposto, voto pelo conhecimento e desprovimento do recurso, no sentido de:

a) no mérito, manter o reconhecimento da autoria e da materialidade da prática da infração de comercialização de medicamento por preço superior ao permitido, em descumprimento ao previsto na Orientação Interpretativa nº 1, de 13 de novembro de 2006, e da Orientação Interpretativa nº 2, de 13 de novembro de 2006, mas da Resolução CMED nº 03, de 02 de março de 2011. A determinação tão somente foi mantida no art. 5º, inciso II, alínea "a" da Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018.

b) quanto à dosimetria da sanção, aplicar a atenuante de caráter isolado (ex officio), reduzindo-se a multa para o mínimo legal vigente, a ser atualizado considerando a data da decisão recorrida.

INGRID TAVARES CORREA

Prestadora de Serviços de Apoio Administrativo

VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA

Membro suplente do Comitê Técnico Executivo (CTE) da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED)

[1] Número de referência: OPAS/EOC/Covid-19/20-0006



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Hugo do Amaral Ferreira, Diretor(a) do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor**, em 01/09/2025, às 13:48, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **32553220** e o código CRC **0F5ECDD9**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.